

Termo de Referência 36/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
36/2024	158125-INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE	IVANETE MARIA DE OLIVEIRA	29/04/2024 09:04 (v 6.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23351.001323/2024-11

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Eventual aquisição de gêneros alimentícios, utensílios e materiais de limpeza, para atender as necessidades do Instituto Federal Catarinense - Campi Concórdia e Abelardo Luz.

CATMAT	ITEM	UN	DESCRIÇÃO	Quant. Concórdia	Quant. Abelardo Luz	Quantidade total	Valor UN - Máx. Aceitável
447431	1	kg	Gênero alimentício – Carne bovina – coxão mole. Porcionada, embalada em peças de aproximadamente 3kg, caixa com 15 a 30 kg. Validade de 12 meses e com data de embalagem não superior a 30 dias. Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente, congelado, embalado a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, número do registro nos órgãos competentes de fiscalização . Com no máximo 15% de gordura. Etiquetada com o tipo de carne, peso, validade (mínima de 3 meses a partir da entrega do produto), data de processamento não superior a 10 dias. A carne deve ser livre de adição de água e aditivos. Entrega em caminhão frigorífico, conforme as normas vigentes, nas dependências do IFC- Câmpus Concórdia	4.000		4000	R\$ 32,45
447446	2	kg	Gênero alimentício – Carne bovina – moída. Carne bovina moída DE PRIMEIRA. Carne moída em disco de corte número 5, livre, nervos e pelancas , com gordura não ultrapassando 10%, sem osso, sem	6.000		6000	R\$ 28,79

			<p>adição de água e aditivos. Aspecto, cor, sabor e odor característicos, isenta de manchas esverdeadas.</p> <p>Própria para o consumo humano. Embalagem primária de plástico resistente, transparente, atóxico e íntegro, pacotes de no máximo 2kg. Embalagem secundária de papelão lacrada, íntegra e rotulada de acordo com a legislação vigente e com as seguintes informações: denominação de venda do produto, marca, identificação de origem, data de embalagem, data de validade, número do lote, composição, informação nutricional, peso líquido, carimbo do serviço de inspeção federal ou estadual e número de registro do produto em órgão competente.</p> <p>Etiquetada com o tipo de carne, peso, validade (mínima de 3 meses a partir da entrega do produto), data de processamento não superior a 10 dias. A carne deve ser livre de adição de água e aditivos.</p> <p>Entrega em caminhão frigorífico, conforme as normas vigentes, nas dependências do IFC- Câmpus Concórdia</p>				
451066	3	kg	<p>Gênero alimentício – Carne bovina – patinho/iscas para estrogonofe, EXCLUSIVAMENTE DE MIOLO DE COXÃO MOLE E PATINHO. Livre de gorduras, nervos e pelancas (não ultrapassando 10%), sem osso, Aspecto, cor, sabor e odor característicos, isenta de manchas esverdeadas.</p> <p>Embalagem primária de plástico resistente, transparente, atóxico e íntegro, pacotes de no máximo 2kg. Embalagem secundária de papelão lacrada, íntegra e rotulada de acordo com a legislação vigente e com as seguintes informações: denominação de venda do produto, marca, identificação de origem, data de embalagem, data de validade, número do lote, composição, informação nutricional, peso líquido, carimbo do serviço de inspeção federal ou estadual e número de registro do produto em órgão competente. Etiquetada com o tipo de carne, peso, validade (mínima de 3 meses a partir da entrega do produto), data de processamento não superior a 10 dias. A carne deve ser livre de adição de água e aditivos. Entrega em caminhão frigorífico, conforme as normas vigentes, nas dependências do IFC- Câmpus Concórdia</p>	800		800	R\$ 33,90
447617	4	Kg	<p>Gênero alimentício – Carne de frango - peito de frango/tiras ou cubos pequenos para estrogonofe. Congelamento iqf (individually quick frozen). Embalado em pacotes de 1 kg, acomodados em caixa de papelão limpa e íntegra. Validade de no mínimo 12 meses no ato da entrega. Transportado de acordo com normas da vigilância sanitária – veículo frigorífico. Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, número do registro no ministério da agricultura/SIF e carimbo de inspeção do SIF.</p>	1.000		1000	R\$ 30,99

447618	5	Kg	Gênero alimentício – Carne de frango - sassami congelamento IQF (Individually Quick Frozen), embalado individualmente em pacotes de plástico atóxico, íntegro, limpo e transparente de 1 kg, acomodados em caixa papelão limpa e íntegra. Não deve haver gelo e sinais de descongelamento do produto. A embalagem deve conter data de fabricação e data de validade (Mínimo de 12 meses no ato da entrega). Transportado de acordo com normas da vigilância sanitária e com certificação de fiscalização do Ministério da Agricultura.	2.200		2200	R\$ 19,97
447866	6	Kg	Gênero alimentício – Carne de frango – Sobrecoxa de frango. Congelada, acondicionada em bandeja de isopor de 1 kg, contendo 5 a 6 unidades por bandeja com peso mínimo de 160 e máximo de 200g cada uma, acondicionadas em caixa de papelão limpa e íntegra. Transportado de acordo com normas da vigilância sanitária – veículo frigorífico. Validade de no mínimo 12 meses no ato da entrega, com certificado de inspeção sanitária. Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, número do registro no ministério da agricultura/SIF e carimbo de inspeção do SIF. Com no máximo 15% de água e aditivos.	3.000		3000	R\$ 12,98
447508	7	kg	Gênero alimentício – Carne suína – bisteca. Bisteca suína in natura congelada, cortada em bifes separadamente, cortes entre 180 g a 200 g, deverá conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e conter no máximo 3% de aponevroses. A embalagem primária deve ser plástica, de no máximo 2 kg, atóxica, resistente, transparente; e a secundária de papelão; etiquetadas com o tipo de carne, peso, validade (mínima de 8 meses a partir da entrega do produto), data de empacotamento não superior a 10 dias. A carne deve ser livre de adição de água e aditivos. Entrega em caminhão frigorífico, conforme as normas vigentes, nas dependências do IFC- Câmpus Concórdia	4.000		4000	R\$ 15,97
467427	8	kg	Gênero alimentício – Carne: Carcaça bovina, com temperatura entre 0 a 7°C, transportada de acordo com as normas da Vigilância Sanitária (Veículo Frigorífico). Acompanhada de laudo de inspeção com idade declarada do animal (no máximo 2 anos na data do abate), com laudo de data de abate (no máximo de 2 dias anteriores da data de entrega). Carcaça deverá ser constituída por todas as partes do animal: paleta, filé corrido com costela e “ quarto traseiro” com alcatra. O peso de no máximo de todas as partes não poderá ser superior a 250 kg. A carne deve ser livre de adição de água e aditivos, entregue sempre fresca, oriunda de abate de no máximo 2 dias. Entrega em caminhão frigorífico, conforme as normas vigentes, nas dependências do IFC- Câmpus Concórdia	4.000		4000	R\$ 21,90

447544	9	kg	Gênero alimentício – Carne: Carcaça suína, com temperatura entre 0 a 7°C, transportada de acordo com as normas da Vigilância Sanitária (Veículo Frigorífico). Acompanhada de laudo de inspeção de abate (no máximo de 2 dias anteriores da data de entrega). Carcaça deverá ser constituída por todas as partes do animal: paleta, costela com barriga e pernil. Sem pele e sem gordura. O peso máximo de todas as partes não poderá ser superior a 30 kg. A carne deve ser livre de adição de água e aditivos, entregue sempre fresca, oriunda de abate de no máximo 2 dias	8.000		8000	R\$ 10,90
459599	10	Envelope com utilização para 500 Litros de leite (envelopes em gramas)	Gênero alimentício – Fermento para queijo. Fermento de bactérias lácteas, concentrado e liofilizado, para uso direto. Aplicação: Indicado para Queijo Prato (textura fechada), Reino, Mussarela, Minas Padrão, Saint Paulin, Cottage, Cream Cheese, Petit Suisse, Gouda, Gruyère. Composição: Lactococcus lactis subsp. lactis; Lactococcus lactis subsp. cremoris; Streptococcus thermophilus; Lactobacillus helveticus. Tipo de cultura: Cultivo misto constituído por várias espécies de mesófilos e termófilos. Origem: Cepas de origem natural, sem manipulação genética. Aplicação: Indicado para Queijo Prato (textura fechada), Reino, Mussarela, Minas Padrão, Saint Paulin, Cottage, Cream Cheese, Petit Suisse, Gouda, Gruyère. Apresentação: envelopes com utilização para 500 litros de leite. Data de validade de 12 meses, e validade de no mínimo 11 meses a partir da data da entrega. Enviado por frete expresso (máximo 4 dias corridos entre postagem e entrega) em embalagem de isopor contendo gelo em gel (embalagem plástica) ou gelo seco.	150		150	R\$ 67,90
382990	11	un (embalagem 100gr)	Gênero alimentício - SAL AMONÍACO para uso alimentício. Embalagem com data de fabricação e data de validade. Validade restante na data da entrega: mínimo de 70 % do prazo total de validade do produto. (Embalagem 100g)	20		20	R\$ 3,50
463859	12	kg	Gênero alimentício – ALHO EM PÓ. Condimento alho desidratado sem sal, moído fino, homogêneo, livre de sujidades, com aroma e sabor característico, próprio para consumo humano. Rótulo contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e data de validade. Validade restante na data da entrega: mínimo de 70 % do prazo total de validade do produto	15		15	R\$ 21,55
255973	13	un (embalagem c/ 12 pacotes individuais)	Gênero alimentício – Biscoito salgado original /tradicional, tipo club social, sem recheio. Embalagem com 12	300		300	R\$ 9,69

		de aprox. 24gr cada)	pacotes individuais de aproximadamente 24 g cada. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega.				
606523	14	Caixa 500g	Gênero alimentício – Café Apresentação: torrado e moído Tipo: único Torrefação: ponto de torra média Embalagem Vácuo 500gr	500		500	R\$ 17,99
459074	15	Pacote 500g	Gênero alimentício – Canjica (milho) – tipo grupo pura, tipo classe amarela, tipo 1, aplicação culinária em geral. Contendo identificação do fabricante, data de fabricação (na entrega não superior a 30 dias) e data de validade.	60		60	R\$ 2,59
601227	16	kg	Gênero alimentício – CEBOLA EM PÓ. Condimento cebola desidratada sem sal, moído fino, homogêneo, livre de sujidades, com aroma e sabor característico, próprio para consumo humano. Rótulo contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e data de validade. Validade restante na data da entrega: mínimo de 70 % do prazo total de validade do produto	30		30	R\$ 29,78
459153	17	kg	Gênero alimentício – Farinha para empanar tipo PANKO. Rótulo contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e data de validade. Validade restante na data da entrega: mínimo de 70 % do prazo total de validade do produto. Embalagem com 1 kg.	30		30	R\$ 21,00
464559	18	Pacote de 500g	Gênero alimentício – Feijão branco – tipo 1, classe branco, em embalagem plástica atóxica transparente, inviolável, de 500 g, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes a variedade no tamanho e cor, maduros, limpos e secos. A data de fabricação no ato da entrega não deve ser superior a 30 dias.	200		200	R\$ 7,49
463971	19	Kg	Gênero alimentício – Flocos de milho sem açúcar (CORN FLAKES). Rótulo contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e data de validade. Validade restante na data da entrega: mínimo de 70 % do prazo total de validade do produto. Embalagem com 1 kg.	20		20	R\$ 29,90
437092	20	Frasco 200ml	Gênero alimentício – Laticínio: CLORETO DE CÁLCIO líquido solução de 40% de concentração. Para uso em queijo. Rótulo contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e data de validade. Validade restante na data da entrega: mínimo de 70 % do prazo total de validade do produto. Frasco com 200 mL.	200		200	R\$ 11,29

281590	21	Frasco 200ml	Gênero alimentício – Laticínio: COALHO líquido para queijo. Rótulo contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e data de validade. Validade restante na data da entrega: mínimo de 70 % do prazo total de validade do produto. Frasco com 200ml.	100		100	R\$ 10,58
447375	22	380g	Gênero alimentício – Leite de vaca em pó zero lactose. Leite em pó integral instantâneo ZERO LACTOSE, PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, enriquecido com vitaminas e minerais: o produto deverá ser de boa solubilidade, sem soro de leite. lata deve estar intacta na entrega. As embalagens entregues não deverão estar abauladas, estufadas, amassada e nem enferrujadas. Em LATA DE 380g, resistente, atóxica, contendo data de fabricação (entrega não superior a 30 dias) e prazo de validade de 12 meses.	30		30	R\$ 24,08
446385	23	200g	Gênero alimentício – MANTEIGA extra SEM SAL. Embalagem contendo data de fabricação (de até 60 dias na entrega) e data de validade. Deve conter empresa fabricante, e lote e demais especificações exigidas pela lei de rotulagem da ANVISA.	40		40	R\$ 11,59
446705	24	UN	Iogurte sem lactose nos sabores morango e coco, acondicionado em embalagem de plástico atóxico, íntegras de MÍNIMO 140g, contendo informações sobre o fabricante, data de fabricação e data de validade (na entrega não superior a 30 dias). O produto e o transporte do mesmo deve estar de acordo com a legislação vigente. ENTREGA QUINZENAL.	30		30	R\$ 4,49
446384	25	Pote 500g	Manteiga com sal acondicionada em pote de plástico atóxico, íntegro de no máximo 500g contendo informações sobre o fabricante, data de fabricação e data de validade (mínimo de 4 meses no ato da entrega). O produto e o transporte do mesmo deve estar de acordo com a legislação vigente. ENTREGA QUINZENAL.	400		400	R\$ 28,75
463797	26	Kg	Gênero alimentício – Milho verde congelado in natura, pacote com peso máximo de 2 kg, Ingrediente: milho verde. Validade mínima de 18 meses na entrega.	500		500	R\$ 26,69
419334	27	UN (Frasco de 15,8 litros)	Gênero alimentício – Óleo de algodão - em balde, intacto, resistente, sem amassamento e vazamento. Constando a data de fabricação e validade, numero de lote e condições de armazenagem. Frasco de 15,8 litros. Com data de fabricação e validade mínima de 6 meses a partir da entrega do produto.	8		8	R\$ 166,26

463692	28	18 litros	Gênero alimentício – Óleo de soja com aspecto, cheiro, sabor e cor característicos, isento de ranço e outras características indesejáveis; deverá apresentar teor máximo de acidez de 0,3% p/p; apresentar teores de Vitaminas E e 0% de gordura trans. Embalagem intacta, resistente, sem amassamento e vazamento. Constando a data de fabricação e validade (mínimo de 06 meses no ato da entrega), número de lote e condições de armazenagem.	130		130	R\$ 116,44
442811	29	5 litros	Gênero alimentício – Suco de laranja integral – pasteurizado, refrigerado, não alcoólico, não fermentado, sem conservantes e corantes. Sem adição de açúcar. Ingredientes: laranjas in natura. Embalagem plástica transparente. Fabricado há no máximo 3 dias no ato de entrega.	300		300	R\$ 35,00
605810	30	UN	TRIPA NATURAL SUÍNA salgada para lingüiça frescal, calibre de 28 mm e máximo de 34 mm, fios com 2 a 4 metros (maço de 90m).	50		50	R\$ 104,98
474065	31	UN	TRIPA SINTÉTICA TUBULAR PARA SALAME tipo fibram. Calibre 50 mm. Apresentação: peças montadas, grampeadas em um lado com grampo de alumínio ebarbante em forma de alça. Comprimento de 35 a 50cm por peça.	1.000		1000	R\$ 1,33
255973	32	UN (embalagem c/ 12 pacotes individuais de aprox. 24gr cada)	Gênero alimentício – Biscoito salgado original /tradicional, tipo club social, sem recheio. Embalagem com 12 pacotes individuais de aproximadamente 24 g cada. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega.		10	10	R\$ 9,69
459074	33	Pacote 500g	Gênero alimentício – Canjica – tipo grupo pura, tipo classe amarela, tipo 1, aplicação culinária em geral. Contendo identificação do fabricante, data de fabricação (na entrega não superior a 30 dias) e data de validade.		60	60	R\$ 2,59
451066	34	Kg	Gênero alimentício – Carne bovina – patinho/iscas para estrogonofe, EXCLUSIVAMENTE DE MIOLO DE COXÃO MOLE E PATINHO. Livre de gorduras, nervos e pelancas (não ultrapassando 10%), sem osso, Aspecto, cor, sabor e odor característicos, isenta de manchas esverdeadas. Embalagem primária de plástico resistente, transparente, atóxico e íntegro, pacotes de no máximo 2kg. Embalagem secundária de papelão lacrada, íntegra e rotulada de acordo com a legislação vigente e com as seguintes informações: denominação de venda do produto, marca, identificação de origem, data de embalagem, data de validade, número do lote, composição, informação nutricional, peso líquido, carimbo do serviço de		200	200	R\$ 33,90

			inspeção federal ou estadual e número de registro do produto em órgão competente. Etiquetada com o tipo de carne, peso, validade (mínima de 3 meses a partir da entrega do produto), data de processamento não superior a 10 dias. A carne deve ser livre de adição de água e aditivos. Entrega em caminhão frigorífico, conforme as normas vigentes, nas dependências do IFC- Câmpus Concórdia				
447617	35	Kg	Gênero alimentício – Carne de frango - peito de frango/tiras ou cubos pequenos para estrogonofe. Congelamento iqf (individually quick frozen). Embalado em pacotes de 1 kg, acomodados em caixa de papelão limpa e íntegra. Validade de no mínimo 12 meses no ato da entrega. Transportado de acordo com normas da vigilância sanitária – veículo frigorífico. Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, número do registro no ministério da agricultura/SIF e carimbo de inspeção do SIF.		200	200	R\$ 30,99
447618	36	Kg	Gênero alimentício – Carne de frango - sassami congelamento IQF (Individually Quick Frozen), embalado individualmente em pacotes de plástico atóxico, íntegro, limpo e transparente de 1 kg, acomodados em caixa papelão limpa e íntegra. Não deve haver gelo e sinais de descongelamento do produto. A embalagem deve conter data de fabricação e data de validade (Mínimo de 12 meses no ato da entrega). Transportado de acordo com normas da vigilância sanitária e com certificação de fiscalização do Ministério da Agricultura.		200	200	R\$ 19,97
447866	37	Kg	Gênero alimentício – Carne de frango – Sobrecoxa de frango. Congelada, acondicionada em bandeja de isopor de 1 kg, contendo 5 a 6 unidades por bandeja com peso mínimo de 160 e máximo de 200g cada uma, acondicionadas em caixa de papelão limpa e íntegra. Transportado de acordo com normas da vigilância sanitária – veículo frigorífico. Validade de no mínimo 12 meses no ato da entrega, com certificado de inspeção sanitária. Produzido e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, número do registro no ministério da agricultura/SIF e carimbo de inspeção do SIF. Com no máximo 15% de água e aditivos.		200	200	R\$ 12,98
464559	38	Pacote de 500g	Gênero alimentício – Feijão branco – tipo 1, classe branco, em embalagem plástica atóxica transparente, inviolável, de 500 g, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes a variedade no tamanho e cor, maduros, limpos e secos. A data de fabricação no ato da entrega não deve ser superior a 30 dias.		50	50	R\$ 7,49

458961	39	Pacote 500g	Gênero alimentício – Massa sêmola cabelo de anjo para sopa, com ovos – Validade mínima 12 meses e com data de embalagem não superior a 30 dias. Isenta de corantes artificiais sujidades e parasitas. Embalado em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes		50	50	R\$ 6,84
463797	40	Kg	Gênero alimentício – Milho verde congelado in natura, pacote com peso máximo de 2 kg, Ingrediente: milho verde. Validade mínima de 18 meses na entrega.		100	100	R\$ 26,69
419334	41	UN (Frasco de 15,8 litros)	Gênero alimentício – Óleo de algodão - em balde, intacto, resistente, sem amassamento e vazamento. Constando a data de fabricação e validade, numero de lote e condições de armazenagem. Frasco de 15,8 litros Com data de fabricação e validade mínima de 6 meses a partir da entrega do produto.		8	8	R\$ 166,26
463692	42	18 litros	Gênero alimentício – Óleo de soja com aspecto, cheiro, sabor e cor característicos, isento de ranço e outras características indesejáveis; deverá apresentar teor máximo de acidez de 0,3% p/p; apresentar teores de Vitaminas E e 0% de gordura trans. Embalagem intacta, resistente, sem amassamento e vazamento. Constando a data de fabricação e validade (mínimo de 06 meses no ato da entrega), número de lote e condições de armazenagem.		5	5	R\$ 116,44
442811	43	5 litros	Gênero alimentício – Suco de laranja integral – pasteurizado, refrigerado, não alcoólico, não fermentado, sem conservantes e corantes. Sem adição de açúcar. Ingredientes: laranjas in natura. Embalagem plástica transparente. Fabricado há no máximo 3 dias no ato de entrega.		50	50	R\$ 35,00
448219	44	1KG	Gênero alimentício – Sal refinado e iodado – Com data de fabricação (na entrega não superior a 30 dias) e validade mínima de 6 meses a partir da entrega do produto.		100	100	R\$ 1,99
286790	45	Peça 12 litros	Balde reforçado em plástico com alça em arame galvanizado, capacidade 12 Litros , características adicionais: graduado, formato cilíndrico, com pegador no fundo.	20	4	24	R\$ 11,60
267608	46	UN	Bobina de plástico transparente para açougue , 100% virgem, sem cortes ou picotes. Largura: 60 cm, de 15 a 20 micras, peso aproximado de 8 a 10 kg. Fabricada com polietileno virgem, para uso nos alimentos.	15		15	R\$ 309,90

348919	47	UN	Caixa plástica 130 litros com tampa fabricada em PEAD (Polietileno de Alta Densidade). Resistentes a impactos, temperaturas negativas, a ação de ácidos, gorduras e odores. Empilháveis. Cor: Branca. Medidas aproximadas: 56 cm de largura, 89 cm de comprimento e 48 cm de altura.	2		2	R\$ 199,00
371752	48	UN	Caixa plástica vazada para hortifrutí, em polietileno de alta densidade, resistente, empilhável, com ombreiras. Com capacidade de 46 litros. Dimensões externas aproximadas (cm): 55x36x31. Espaço para gravação nos 4 lados. Colunas e fundo internos arredondados. Fundo bolinha (não machuca os produtos). Na cor cinza.	65		65	R\$ 69,90
608142	49	UN	Caneta para tecido, para pintar e marcar tecidos, permanente. Na cor preta.	40		40	R\$ 7,99
465662	50	UN	Colher grande fabricada em polietileno atóxico. Comprimento total: 60 cm. Concava de 9cm. Deve suportar temperaturas de 160°C.	12	2	14	R\$ 55,35
270829	51	UN	Concha pequena, peça única, totalmente em aço inox. Medidas aproximadas: Concha: 7,5 cm de diâmetro; Cabo: 25 cm de comprimento.	20	2	22	R\$ 9,90
469570	52	UN	Dispenser para sabonete líquido e álcool em gel de parede com reservatório para abastecer, capacidade 400ml, espaço interno, com todas as paredes revestidas. Sistema de fechamento que dispensa chave. Material em plástico com alta resistência ao impacto. Deve acompanhar parafusos para fixação na parede.	6		6	R\$ 27,60
381513	53	Milheiro	EMBALAGEM A VÁCUO lisa transparente para fins alimentícios para embaladeira a vácuo de Nylon-poly 5 camadas. Capacidade 1,5kg. Medidas aproximadas: 20X35x0,16. Pacotes com 1000 unidades.	3		3	R\$ 514,29
307144	54	Milheiro	EMBALAGEM A VÁCUO lisa transparente para fins alimentícios para embaladeira a vácuo de Nylon-poly 5 camadas. Capacidade 2,5kg. Medidas aproximadas: 25X45x0,16. Pacotes com 1000 unidades.	3		3	R\$ 689,80
386860	55	UN	Escada 2 degraus tipo banqueta de alumínio com liga estrutural para uso industrial, super reforçada. Cada pé deve possuir uma sapata de borracha injeta antiderrapante. Medidas AxLxP(cm): 50x55x66. Peso suportado: 250Kg. A escada deve ser entregue no local indicado montada. Não pode ser dobrável.	2		2	R\$ 580,12

371921	56	UN	Escada 6 degraus em alumínio, resistente e dobrável. Com trava na plataforma e 2 cintas de segurança (para travar a abertura). Produzida em tubos/chapas de alumínio e peças plásticas de polipropileno. Capacidade 120Kg e altura aproximada 1,75m. Pés e patamar em polipropileno. Fabricada de acordo com a Portaria do INMETRO Nº 219, de 06 de maio de 2021.	2		2	R\$ 219,90
448503	57	UN	Escova para limpeza de azulejos e cantos com cerdas em nylon, com pegador em plástico resistente, medindo aproximadamente 2,5cmx8cm.	20		20	R\$ 7,49
284815	58	UN	Escova para limpeza manual de grelhas feita em aço inox e com raspador, com cabo de plástico. Comprimento de aproximadamente 22 cm. Marca de Referência: Tramontina.	20	2	22	R\$ 35,80
464884	59	UN	Escumadeira para fritura telada nº 24 comprimento total aproximado: 62 cm, com 24 cm de diâmetro. Em arame galvanizado. Resistente.	18	2	20	R\$ 26,90
382312	60	UN	Esfregão de aço (esponja metálica multiuso), 100% aço inoxidável	200		200	R\$ 2,30
243788	61	UN	Espelho com moldura reta. Medida aproximadas (cm) 50x120.	2	4	6	R\$ 276,13
609274	62	Rolo	Etiqueta para freezer (térmica) específica para controle de validade de alimentos em papel couche. Personalizada, na etiqueta deve estar escrito: Produto (espaço para preenchimento); Abertura (espaço para preenchimento de data); Validade (Espaço para preenchimento de data e Manipulado por: (espaço para preenchimento). Retangular com medidas aproximadas: 6 cmx4cm. Rolo com 1000 etiquetas.	12		12	R\$ 77,00
616189	63	UN (Frasco com 20 tiras)	Fita teste óleo para dosar a porcentagem de ácidos graxos livres no óleo e gordura, em fritadeiras de cozinha industrial (Monitor de óleos e gorduras). Em tira de papel branco, com quatro faixas azuis paralelas. Frasco com 20 tiras.	10		10	R\$ 215,00
431334	64	UN	Fuê - Batedor de massas manual, tipo pera, profissional, arame grosso rígido, todo em aço inox. Medidas aproximadas: 48 cm de comprimento e 10 cm e largura.	10	2	12	R\$ 51,12
302484	65	UN	Lixeira plástica 50L, com tampa rígida e pedal resistente, reforçada. Retangular. Na cor branca.	10	2	12	R\$ 119,90

455722	66	Rolo 50m	Mangueira de jardim flexível com engate e esguicho, anti-torção. Deve possuir 3 camadas: interna em PVC, a intermediária em poliéster trançado e a externa em PVC. Comprimento: 50 metros. Deve acompanhar: 01 adaptador fêmea rosca de 3/4" e redução de 1/2", 02 engates rápidos e 01 esguicho com engate rápido.	8	2	10	R\$ 215,51
352424	67	UN	Pano de limpeza tipo saco, 100% algodão, alvejado, com medidas aproximadas de 60 cm x 83 cm.	300		300	R\$ 7,40
432380	68	Unidade (Embalagem c/10)	Pilha alcalina eletrônica de lítio LR 44, 1,5V. Embalagem com 10.	8	2	10	R\$ 6,30
421794	69	UN	Porta touca descartável de parede, identificado, capacidade 300 toucas. Medidas aproximadas (CxLxA) em cm: 12X12X48. O produto deve vir acompanhado de kit para fixação na parede: bucha, parafuso e fita dupla-face.	3		3	R\$ 129,57
443879	70	UN	Pote plástico vertical 2,5L com tampa que deve possuir abertura (Dispenser), em plástico transparente atóxico, para uso em alimentos. Medidas aproximadas CxLxA (cm)18,5x9,5x23cm	30		30	R\$ 17,96
601865	71	UN	Rodo abrasivo com esponja 30cm lava piso/azulejo, de alta qualidade, com cabo de madeira. Cabo 120 cm.	60		60	R\$ 15,59
472872	72	UN	Rodo combinado 2 em 1 para vidro tamanho aproximado 25 cm. Cabo de alumínio medindo aproximadamente 50 cm. Um lado rodo, de borracha e no outro espuma.	20		20	R\$ 64,91
607532	73	UN	Rodo para pia em alumínio. Lâmina com largura de 14,5 a 16 cm cm, em borracha antimoho e/ou com proteção bacteriana.	30		30	R\$ 10,99
357253	74	UN	Rolo furador de massas com 12cm com cabo de 10cm. Material das hastes: aço inox e material do rolo/cabo: polietileno.	2		2	R\$ 78,99
459721	75	PAR	Sapato de segurança para uso profissional com abertura lateral em elástico recoberto, sem cadarço, confeccionado em vaqueta branca, colarinho acolchoado, palmilha antimicrobiana. com forma larga, que propicie conforto em um bom calce. Antiderrapante (utilização em locais úmidos). A numeração será definida no momento do pedido.	6		6	R\$ 133,90
318438	76	UN		70		70	R\$ 19,05

			Utensílio de cozinha: BANDEJA RETANGULAR branca, em plástico leitoso, tamanho aproximado 30 x 45 x 7,5 cm, espessura 3 mm, para fins alimentícios, capacidade 7 L.				
234665	77	UN	Vassoura, material cerdas palha, 3 fios de amarração das palhas, cabo em madeiras, comprimento aproximado das cerdas de 40 cm.	10		10	R\$ 35,00
382080	78	Pacote	Saco para lixo azul, reforçado. Capacidade 150 litros, com 12 micras. Pacote com 100un.	100		100	R\$ 94,90
427163	79	Pacote	Saco para lixo azul, reforçado. Capacidade 200 litros, com 12 micras. Pacote com 100 un.	80		80	R\$ 110,43
364083	80	Pacote	Saco para lixo preto, reforçado. Capacidade 50 litros, com 8 micras. Pacote com 100un.	30		30	R\$ 74,90
458145	81	Pacote	Saco para lixo preto, super reforçado. Capacidade 200 litros, com 14 micras . Pacote com 100un.	150		150	R\$ 181,80
466972	82	Bobina	Saco plástico picotado 5 litros, medidas aproximadas de 28cm x 41 cm, bobina com 500 sacos, 100% virgem.	35	5	40	R\$ 35,30
332023	83	Pacote	Saco transparente para amostra virgem, estéril e atóxico para amostra de alimentos quente e frio com tarja de anotação. Medida aproximadas de 15 cm x 30 cm x 0,06 micras. Pacote com 500 unidades.	50		50	R\$ 35,00
373123	84	UN (cápsula de 4,5 a 5,5 kg)	Detergente clorado em pó encapsulado para lavagem mecânica de louças em máquina profissionais. Apresentação: pó. Embalagem: cápsula de 4,5 a 5,5 kg. Deverá ser apresentada juntamente com a proposta os seguintes documentos: Ficha técnica do produto, ficha de segurança do produto, registro do produto no Ministério da Agricultura e Anvisa (ALPI/HS).Deverá ser ministrado treinamento de utilização e cuidados ou dosagem do produto a todos os colaboradores do setor em que o produto será utilizado. Deverá ser instalado dosador do produto em forma de comodato.	15		15	R\$ 497,78
463127	85	Bombona de 5 litros	Detergente desincrustante ácido indicado para remoção de incrustações inorgânicas. Utilização em equipamentos e utensílios industriais para remoção de incrustações calcárias. Bombona de 5 litros. Deverá ser apresentada juntamente com a proposta os seguintes documentos: Ficha técnica do produto, ficha de segurança do produto, registro do produto no Ministério da Agricultura e Anvisa (ALPI/HS).	30	30	60	R\$ 144,00

			Deverá ser ministrado treinamento de utilização e cuidados ou dosagem do produto a todos os colaboradores do setor em que o produto será utilizado.				
241343	86	UN	Fósforo longo 5 cm, forte. Caixa com 200 palitos.	100		100	R\$ 6,21
343298	87	Unidade (bombona de 5 litros)	Hipoclorito de sódio 10 a 12%, . Embalagem: bombona de 5 litros. Deverá ser apresentada juntamente com a proposta os seguintes documentos: Ficha técnica do produto, ficha de segurança do produto, registro do produto no Ministério da Agricultura e Anvisa (ALPI/HS). Deverá ser ministrado treinamento de utilização e cuidados ou dosagem do produto a todos os colaboradores do setor em que o produto será utilizado.	30		30	R\$ 40,00
314815	88	Un (500ml)	Limpa limo com cloro ativo, limpeza pesada. Embalagem de 500ml.	120		120	R\$ 7,00
253075	89	kg	Sabão em pó (lava roupas) para uso profissional, sem perfume, pacote de no máximo 8 kg.	350		350	R\$ 12,68

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da Ata é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O item café faz parte da lista de itens padronizados, constante do Catálogo Eletrônico de padronização do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme detalhado abaixo. Para os demais itens a descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. ITEM 14 (CAFÉ): APRESENTAÇÃO: TORRADO E MOÍDO. TIPO: ÚNICO. TORREFAÇÃO: PONTO DE TORRA MÉDIA

3.2.1. Código CATMAT: 606523

3.2.2. Embalagem:

3.2.2.1. Tipo: a vácuo

3.2.2.2. Unidade de medida: 500g

3.2.2.3. Material: o material da embalagem em contato direto com o café, deverá ser de material adequado e observando a legislação específica vigente.

3.2.2.4. Rótulo: deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a. Grupo: torrado e moído;
- b. Informação da espécie de café com a expressão "100% (nome da espécie)", ou a predominância da espécie com a expressão "predominantemente (nome da espécie)", conforme o caso, sendo permitida, adicionalmente, a informação da variedade do café;
- b. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "café", seguida da marca comercial, se houver;
- c. Identificação do lote;
- d. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;
- e. Ponto de torra ou a classificação da torra;
- f. Prazo de validade;
- g. Instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário; e
- i. Peso líquido.

3.2.3. Características de torrefação: correspondem ao ponto de torra e à classificação da torra que estão estabelecidas no Anexo IV da Portaria SDA/MAPA nº 570, de 2022.

3.2.4. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os materiais descritos no Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais e equipamentos.

4.1.2. Especificamente para o ITEM 14 (CAFÉ):

4.1.2.1. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção, distribuição, uso e destinação final.

4.1.2.1.1. Produção:

a. Os processos de plantio, colheita e processamento devem atender às exigências sociais, ambientais e econômicas em conformidade aos normativos que tratam do tema.

b. As embalagens primária e secundária dos produtos devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância aos normativos que tratam do tema.

4.1.2.1.2. Distribuição:

a. Devem ser observados os normativos que dispõem sobre as boas práticas para distribuição e comercialização do **café torrado e moído**

4.1.2.1.3. Uso:

a. A forma de consumo do **café torrado e moído** deve evitar desperdício.

4.2.5.4. Destinação final:

a. Deve ser realizado o descarte seletivo das embalagens a fim de favorecer a correta destinação no pós-consumo. A ABNT-NBR 16182:2014 contém a simbologia de identificação dos materiais para o adequado descarte.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, a critério da Administração, contados do(a) da retirada de nota de empenho de despesa, em remessa única, de acordo com o quantitativo solicitado no empenho, no endereço de Campi solicitante.

5.2. A contratação para o fornecimento dos itens será de FORMA PARCELADA, de acordo com a necessidade de cada Campi.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (10) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços dos Campi solicitantes:

- a) Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia - Endereço: Rodovia SC 283, KM 17- Bairro Fragosos - CEP: 89703-720 - Concórdia – SC;
- b) Instituto Federal Catarinense - Campus Avançado de Abelardo Luz - Endereço: Estrada Geral - Assentamento José Maria, S/Nº - CEP: 89830-000 - Abelardo Luz - SC.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

Obrigações do Contratante (art. 92, X, XI e XIV)

5.6. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e neste Termo de Referência.
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i) A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motiva, por igual período. (AJUSTADA)
- k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações do Contratado (art. 92, XIV, XVI e XVII)

5.7. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. Na presente contratação o instrumento formal de contrato está sendo substituído pela nota de empenho, emitida quando da necessidade de aquisição, por cada unidade participante do certame, desta forma, quando estiver grafado “contrato”, remete-se sempre a Nota de Empenho, visto ser instrumento substituto.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.9.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.9.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, mediante cancelamento da Nota fiscal apresentada, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com a necessidade da Administração e será formalizado por intermédio de emissão de Nota de Empenho de Despesa.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis na forma da lei, comprovando:

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25.5. Serão considerados apresentados na forma da lei, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício assim expressados:

8.25.5.1. por fotocópia das constantes no Livro Diário, com a indicação da numeração das páginas do Livro, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou,

8.25.5.2. constantes no arquivo SPED, acompanhadas dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário e/ou do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

8.25.5.3. o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do exercício deverão estar assinados pelo titular ou representante legal da entidade e por contador ou por outro profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º), na forma da Lei.

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item poderá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata

da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 908.612,49

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 908.612,49 (novecentos e oito mil, seiscentos e doze reais e quarenta e nove centavos), conforme custos unitários referenciados no item 1 deste Termo.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. Por se tratar de Pregão SRP, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Infrações e sanções Administrativas

11. Infrações e Sanções Administrativas

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.2.4. Multa:

- a) Moratória de 0,5% (zero, virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) Compensatória de 1% a 30% sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, para infrações descritas no item 11.1 , alíneas “ a ”, “ b ”, considerando o grau de gravidade de cada caso concreto.
- c) Compensatória de 1% a 30 % sobre o valor do contrato, para infrações descritas no item 11.1 , alíneas “ c ”, “ d ”, “ e ”, “ f ”, “ g ”, “ h ”, considerando o grau de gravidade de cada caso concreto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALESSANDRA CARINE PORTOLAN

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 9. ETP44_2024.pdf (48.93 KB)

Anexo I - 9. ETP44_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 44/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23351.001323/2024-11

2. Descrição da necessidade

A aquisição dos itens se justifica para atender as demandas institucionais do IFC – Campus Concórdia. Embora o IFC tenha adotado o sistema de compras institucionais, vários itens essenciais para o desempenho das atividades rotineiras do campus não foram contemplados nas listas prévias e/ou ficaram fracassadas. Serão licitados gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, produtos de limpeza e outros itens necessários para o funcionamento do Setor de Alimentação e Nutrição garantindo o preparo e distribuição das refeições que são fornecidas aos alunos, servidores e funcionários terceirizados do IFC Concórdia.

Os itens também atenderão o Centro de Tecnologia de Alimentos do Campus Concórdia e o Campus Avançado de Abelardo Luz.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Administração - Campus Avançado de Abelardo Luz	Eliane Pereira dos Santos
Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento ao Educando - SISAE	Adriela Maria Noronha

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- As empresas vencedoras do certame deverão entregar os itens seguindo todas as orientações do edital.
- A entrega dos itens deve ocorrer em até 15 dias corridos após a emissão da nota de empenho ou conforme cronograma enviado pelo Setor;
- Todos os produtos devem atender a legislação vigente, assim como o transporte dos mesmos;

5. Levantamento de Mercado

Solução 1: Pregão de Compras conjuntas – parcialmente inviável.

Justificativa: Esta solução se mostrou parcialmente inviável considerando que parte dos itens constantes em nosso pedido são oriundos de Pregões Institucionais, em que os mesmos restaram fracassados ou as Empresas ora encontram-se em processo de penalização.

Solução 2: Adesão a Ata – Inviável

Justificativa: Embora a adesão de atas seja uma maneira rápida e econômica para a administração adquirir seus bens e serviços, considerando que o processo já está finalizado e à disposição, neste caso especificamente, se torna inviável em razão da burocracia empregada, dos quantitativos necessários para atender as mais diversas demandas e também pela diversidade e especificidade dos itens.

Solução 3 - Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços - VIÁVEL.

Justificativa: Considerando os quantitativos solicitados, as especificidades e a diversidade de itens, a melhor solução apresentada é por meio da execução de um Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços. Dentre as principais vantagens almejadas com a Solução 03, destaca-se a otimização processual, uma vez que esse processo licitatório poderá atender a todos os solicitantes reduzindo drasticamente os custos como tempo e processo.

6. Descrição da solução como um todo

A equipe de planejamento da Contratação analisou que, dentre as soluções descritas neste Estudo Técnico Preliminar, decidiu-se pela realização de Licitação por meio de Pregão Eletrônico SRP. A relação dos itens a serem adquiridos será anexado ao processo licitatório.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A relação dos quantitativos é apresentada em planilha - Mapa de Formação de Preços - anexa ao Processo, bem como no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Os valores de referência serão obtidos utilizando como metodologia o preço mediano, composto por, no mínimo, 3 pesquisas. A pesquisa de preço será realizada em conformidade à Instrução Normativa nº 65/2021, sendo declarado ainda pelo requisitante e área técnica especializada que os valores orçados são contemporâneos e refletem adequadamente à realidade de mercado. Os detalhes dos orçamentos constam no “MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS”, anexo ao Processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Na licitação por itens, o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, razão pela qual aumenta a competitividade do certame, pois possibilita a participação de vários fornecedores. Esta equipe de planejamento declara viável o parcelamento do objeto com base neste Estudo Técnico Preliminar.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Consta no PDI – Institucional 2024/2028:

Objetivo 2 - Promover a formação integral e cidadã;

Objetivo 8 - Consolidar a Política de permanência e êxito;

Objetivo 15 - Implementar a Política de saúde e Segurança do Trabalho.

12. Resultados Pretendidos

Espera-se adquirir produtos de qualidade que atendam as demandas institucionais.

13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Nenhum impacto ambiental previsto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O contido neste estud

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SOFIA SCHULTZ

Nutricionista

FRANCIELI BIZZOTTO

Nutricionista

ELIANE PEREIRA DOS SANTOS

Coordenadora de Administração - Campus Avançado de Abelardo Luz

JUCELE GRANDO

Diretora de Administração e Planejamento - Campus Concórdia

Despacho: A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado de Abelardo Luz, no uso de suas atribuições legais aprova o presente Estudo Técnico Preliminar.

ELODIR LOURENCO DE SOUZA

Autoridade competente

Despacho: A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia, no uso de suas atribuições legais aprova o presente Estudo Técnico Preliminar.

ALESSANDRA CARINE PORTOLAN

Autoridade competente